

ARTIGOS

FORMAÇÃO, TENDÊNCIAS RECENTES E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA SOCIOLOGIA EM PORTUGAL

José Madureira Pinto

Primórdios

Afirmar que a sociologia portuguesa só começou verdadeiramente após a revolução de Abril de 1974 é quase um lugar comum.¹ Mas uma tal afirmação deve ser convenientemente temperada, se quisermos ser fiéis à especificidade dos movimentos de longa duração da história da cultura portuguesa, assim como à complexidade dos processos sociopolíticos que precederam e se desencadearam com a reinstauração da democracia em Portugal.

Em boa verdade, pode dizer-se que, desde o último quartel do século XIX, o campo intelectual português foi registando ecos relativamente nítidos do movimento de eclosão das ciências sociais nos países centrais.

Assim, vemos ser publicado, em 1884, por Teófilo Braga, um dos mais influentes ideólogos e políticos do republicanismo, um longo tratado de sociologia (*Systema de Sociologia*) em que Comte, Spencer e, de um modo geral, os pontos de vista do positivismo organicista e evolucionista eram as referências fundamentais.

Há indícios de que a recepção das correntes positivistas no país não foi isenta de indiferença e alguma hostilidade em certos sectores da intelectualidade. Opuseram-se-lhes, como seria de esperar, os representantes do pensamento filosófico português mais voltados para a reflexão metafísica e menos abertos às correntes de opinião de proveniência europeia.

A verdade é que certos princípios epistemológicos inovadores associados ao positivismo sociológico emergente — como os relativos a uma visão holística, sistémica e determinista na abordagem da realidade social — passaram a estar presentes nas polémicas intelectuais desta transição de século. E verificou-se mesmo, para além disso, que a sociologia chegou a obter transitoriamente alguma consagração institucional no mundo académico, entrando em 1901 no plano de estudos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Muito centrados, no início, nas teses organicistas e evolucionistas, os programas das disciplinas em causa foram acolhendo outras referências teóricas. Assim, Durkheim, Simmel, Tarde, Tönnies e os pioneiros da sociologia norte-americana são

1 Reproduz-se aqui, na íntegra, o texto com que o autor colaborou no volume de *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Jorge Ribeiro de Faria*, publicado, com data de 2003, pela Coimbra Editora. Agradece-se ao homenageado e à referida editora a amabilidade de terem aceite esta republicação. Importa ainda precisar que, em certas passagens, o texto retoma, embora no quadro de uma reformulação global e com desenvolvimentos inéditos, um conjunto de ideias apresentadas em “Sociology in Portugal: formation and recent trends” (Pinto, 1998), e no “Discurso de abertura do 2.º Congresso Português de Sociologia” (Pinto, 1992).

autores invocados nas lições, até à substituição da disciplina pela economia política, na sequência da reforma dos cursos realizada em 1911.

Entretanto, e fora do quadro institucional universitário, também a história sofria, muito antes do final do século, um impulso renovador, abrindo-se a contributos oriundos da economia, da geografia, da antropologia e da própria sociologia.

Oliveira Martins, autor de um “Quadro sinóptico da classificação dos conhecimentos humanos na esfera dos fenómenos sociais”, em que não deixa de criticar o projecto comteano de classificação das ciências sociais, é o iniciador de uma corrente historiográfica (com importantes cultores já no nosso século: Jaime Cortesão e António Sérgio, por exemplo) muito centrada na análise da estrutura e funcionamento das instituições, bem como dos interesses, acções e conflitos de grupos e classes sociais.

As escolas romântica e filológico-cultural de pesquisa antropológica, que se impuseram na Europa ao longo da segunda metade de oitocentos, obtiveram igualmente significativa repercussão no país, dando origem a recolhas etnográficas e monografias locais que, por razões que adiante se entenderão melhor, voltam hoje a ter notoriedade e a ser objecto do interesse dos investigadores sociais.

Nesta primeira fase de afirmação das ciências sociais em Portugal, marcada por grande indiferenciação disciplinar e por graus mínimos de institucionalização, compreende-se que a reflexão sobre a realidade social fosse muito permeável à dinâmica das lutas político-ideológicas e dos movimentos sociais em curso.

E, de facto, emergem no panorama intelectual português elementos de análise para-sociológica de inegável interesse, quer no quadro do pensamento socialista, em que Proudhon e os “socialistas utópicos” são, mais do que Marx e Engels, referências recorrentes, quer no âmbito do reformismo católico e corporativo, onde os princípios teórico-doutrinários e os métodos de observação da Escola da Ciência Social de Le Play chegaram a ter um número significativo de seguidores (alguns, de resto, futuros ideólogos do salazarismo), por influência directa de Léon Poincard e Paul Descamps.²

Interregno

O fim do primeiro quartel do século XX marca, em relação ao processo de formação das ciências sociais em Portugal, um ponto de viragem decisivo.

Vimos já que não estava estabilizado, nessa altura, no país, um quadro intelectual e institucional que pudesse garantir o desenvolvimento consistente, sustentado e profissionalizado das diferentes áreas disciplinares em causa. Mas pode acrescentar-se, sem grandes hesitações, que havia, até então, condições políticas globalmente favoráveis a uma espécie de acumulação primitiva de conhecimentos sobre a estruturação e modos de transformação da sociedade,

2 Para um aprofundamento desta caracterização dos primórdios da sociologia em Portugal, devem ler-se os textos de Manuel Braga da Cruz (1983); António Teixeira Fernandes (1996); Augusto Santos Silva (1997); e Vítor de Sá (1978).

baseada em lógicas de cientificidade homólogas das então emergentes noutros contextos nacionais.

Nestes, aliás, com a excepção dos Estados Unidos da América, estava-se muito longe, ainda, de estádios avançados de institucionalização, assistindo-se mesmo, quer em França, quer na Alemanha, países onde se haviam desenvolvido as obras dos grandes fundadores da sociologia, a alguma hesitação organizativa e institucional na definição de estratégias de consolidação e aprofundamento dos saberes em causa.

Num texto que dedicou à génese da sociologia contemporânea, Edward Shils (1971) faz questão de acentuar a amplitude dos desfasamentos no processo de consolidação da disciplina, imputáveis à diversidade das dinâmicas intelectuais e institucionais características dos diferentes países em que a reflexão sobre o social foi emergindo.

Não obstante ter sido nos países europeus centrais que se desenvolveram as grandes reflexões teóricas dos fundadores, foi, como se disse, nos Estados Unidos da América que a sociologia mais cedo se consolidou no plano académico-científico e profissional. Marx, Durkheim, Weber, Tönnies, Simmel efectuaram o seu trabalho sob a influência de constelações de problemas sociais e de quadros intelectuais de matriz eminentemente europeia, mas foram as universidades americanas, nomeadamente o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, onde pontificaram W. I. Thomas e, mais tarde, Robert Park, que permitiram a criação de condições de ensino, investigação e profissionalização compatíveis com um crescimento sustentado de conhecimentos sobre a realidade social empiricamente testados.

Sendo certo que, em países como a Alemanha e a França, a influência do pensamento sociológico dos clássicos não deixou de se exercer sob várias formas (através da criação de revistas, de círculos informais de reflexão e de proselitismo, da difusão do saber sociológico em espaços disciplinares estabelecidos, como a filosofia, o direito ou mesmo a economia...), pode dizer-se, por referência ao caso americano, que a institucionalização, em sentido estrito, da sociologia se verifica, na Europa, com atraso muito significativo.

É sintomático, ainda segundo Shils, que nem mesmo a obra de Émile Durkheim — o único dos fundadores que se dedicou formalmente à sociologia durante toda a sua carreira académica (de 1887 até 1902, em Bordéus, e, depois disso, na Sorbonne, até 1917) — tenha tido desenvolvimentos significativos após a sua morte. A verdade é que, havendo sido estruturada em torno da figura e actividade do próprio Durkheim, e não tanto em articulação orgânica com o sistema universitário francês, só após o fim da 2.^a Guerra Mundial pôde a sociologia reconquistar, em França, as condições institucionais indispensáveis a uma reprodução alargada. Deve, aliás, incluir-se, entre essas condições, a própria importação de paradigmas teórico-metodológicos de origem norte-americana, quer por via dos fluxos de informação e publicações, quer através da presença, no campo académico-científico europeu, de uma geração de sociólogos formados nos EUA.

Situação igualmente desfavorável à plena institucionalização da sociologia foi a que se verificou, na Alemanha, durante a primeira metade do século XX, com a

particularidade, no caso, de nenhum dos fundadores ter sequer ocupado, com continuidade, um lugar universitário bem identificado com a disciplina. Só em meados da década de 1950 passaram a ser concedidos diplomas específicos nesta área, não sem que, depois disso, tenha crescido, em ritmo acelerado, o número de estudantes e professores em departamentos de sociologia. A avaliar pelo que diz Peter Weingart (1998), o desfasamento entre o fluxo de graduados e a procura de qualificações sociológicas no mercado de emprego é, aliás, hoje, na Alemanha, muito acentuado, o que, evidentemente, coloca, tal como noutros países, problemas sérios e novos ao próprio processo de institucionalização da disciplina.

A história do campo intelectual português sofre uma ruptura decisiva com o golpe militar de 1926. Durante quase cinco décadas de regime ditatorial, toda a reflexão de tipo sociológico passou a ser encarada pelo aparelho ideológico-repressivo instalado como actividade potencialmente contrária à segurança do estado, devendo por isso ser vigiada, censurada e reprimida.

Talvez se possa dizer que este estrangulamento forçado da investigação em ciências sociais era, em certa medida, pelo menos até meados da década de 1950, congruente com o próprio nível e natureza da procura social de conhecimentos, uma vez que a formação social portuguesa não havia saído ainda, durante esse período, de uma fase de “capitalismo defensivo” e de isolamento cultural hegemónizada por sectores sociais imobilistas e pouco esclarecidos, muito ligados ainda a interesses e influências ideológicas de matriz predominantemente agro-ruralista.

Mas, com a progressiva abertura da economia ao exterior, com o surto emigratório que vai atingir o seu auge na década de 1960, com a proletarianização de extensas camadas da população camponesa, com a intensificação dos processos de urbanização — para não referir senão algumas das principais transformações que, por esta altura, se desenham na sociedade portuguesa —, vão-se criando condições globalmente favoráveis ao desenvolvimento de um pensamento sistemático e academicamente enquadrado sobre o social. Acaba por ser em sectores próximos do poder que a procura de conhecimentos de tipo sociológico começa a ser formulada: de facto, diante dos disfuncionamentos sociais e sobretudo dos bloqueamentos à modernização económica que estas mudanças tornam patentes, vão-se intensificar, no seio das fracções tecnocráticas da classe governante, os sinais de uma abertura às ciências sociais. As exigências de racionalização da acção política e, em particular, de planeamento da economia, são a justificação mais frequentemente invocada a este propósito.

A verdade, porém, é que o aparelho ideológico e repressivo do regime (censura, partido único, polícia política) continuava a ser dominado por princípios de actuação rigidamente conservadores. Num contexto de guerra colonial prolongada, foram-se então encontrando argumentos para adiar os projectos de modernização e abertura cultural defendidos quer pelas forças de oposição ao regime, quer mesmo pelos sectores progressistas do aparelho de estado, adiando-se também, com eles, o (re)nascimento da sociologia portuguesa.

Novo fôlego

Apesar de a consagração institucional da disciplina nos sectores universitários potencialmente mais favoráveis ao seu desenvolvimento (economia, letras, direito) continuar a ser recusada até ao início da década de 1970, algumas tentativas vão surgindo para, de forma encapotada, fazer entrar a sociologia em programas de cadeiras formalmente dedicadas a temáticas bem distintas.

Investigadores de prestígio internacional, como o etnólogo A. Jorge Dias e o historiador Vitorino Magalhães Godinho, conseguiam, por seu lado, conduzir, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, autêntico baluarte académico do regime, um combate bem sucedido pela renovação dos estudos sobre a sociedade portuguesa.

Criara-se, por outro lado, em 1962, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, um discreto centro de estudos — o Gabinete de Investigações Sociais. Constituído inicialmente por um grupo de economistas com ligações ao movimento católico, o GIS alargar-se-á progressivamente a outras formações e, sob a direcção efectiva de Adérito Sedas Nunes, irá dar início à publicação da revista *Análise Social*, que depressa se tornou uma importante referência no campo intelectual portugueses.

Não admira que as primeiras reflexões de fôlego sobre a sociedade portuguesa, e nomeadamente as que se interrogam sobre as especificidades do nosso subdesenvolvimento, tragam marcas de algum envolvimento doutrinário dos seus autores. Na ausência de uma produção sociológica sistemática e contrastável em quadros institucionais especializados, era inevitável que certos princípios de orientação político-doutrinária se sobrepussem, então, a objectivos analíticos característicos de campos científicos mais estruturados.

Mesmo assim, datam de finais dos anos 60 alguns estudos de grande envergadura sobre a sociedade portuguesa, sendo de realçar, pela solidez da fundamentação teórica e metodológica utilizada, o conjunto de pesquisas realizadas no GIS sobre a estrutura social e sobre o sistema de ensino universitário no nosso país.

Com a abertura do regime subsequente à morte política de Salazar, a que veio a corresponder uma intensificação dos movimentos de contestação nas universidades, surge finalmente a oportunidade de integrar nos planos de estudo das faculdades de economia disciplinas de iniciação nas ciências sociais e, um pouco mais tarde, de incluir numa nova escola universitária (o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) alguns espaços de leccionação mais sistemática da sociologia.

Um tanto paradoxalmente, ou talvez não, é o marxismo a orientação teórica mais marcante nos programas em causa, e uma tal circunstância não poderá deixar de vir a ter alguma repercussão no trabalho sociológico desenvolvido já depois da revolução democrática de 1974.

Outro traço que caracteriza esta fase de refundação da sociologia portuguesa diz respeito ao grande investimento que é feito pelos seus principais protagonistas em matéria de reflexão metodológica e epistemológica.

Trata-se, em primeiro lugar, de encontrar argumentos que legitimem a

cientificidade de um campo de produção intelectual sobre o qual recaíam acusações várias: “à direita”, a de ser a antecâmara ou a máscara da grande perversão socialista; “à esquerda”, a de se prestar a utilizações pouco edificantes pelos poderes dominantes; “ao centro”, a de se misturar desprevenidamente com o senso comum ou com as técnicas alegadamente pouco reflexivas do serviço social.

Mas o referido sobreinvestimento também se deve às próprias exigências de reconversão académico-profissional da quase totalidade dos membros desta primeira comunidade informal de sociólogos portugueses: uns tinham formação de base em letras, outros provinham da economia ou do direito e alguns eram engenheiros. Referenciar com rigor as balizas intelectuais dentro das quais passavam a movimentar-se, eis uma preocupação que a todos unia.

O facto de o final dos anos 60 coincidir, no panorama internacional (e, sobretudo, europeu) das ciências sociais, com um momento de crítica ao modelo empirista do conhecimento terá contribuído igualmente para o grande interesse dos pioneiros da sociologia portuguesa por estas temáticas.

E, assim, se a atenção não deixava de se dirigir para *Le Vocabulaire des Sciences Sociales*, de Boudon e Lazarsfeld, ou para *Methodology of Social Research*, de Blalock, e se, por outro lado, Popper era discutido com alguma veemência à luz do que entretanto dissera o heterodoxo Kuhn, horas a fio eram despendidas a desbravar *Le Métier de Sociologue*, de Bourdieu, Chamboredon e Passeron e a sublinhar pacientemente o denso *Lire ‘Le Capital’*, de Althusser, para além, já se vê, de *O Capital*, ele próprio (envolto em infundáveis polémicas que, aliás, começavam por incidir na própria genuinidade das traduções utilizadas pelos interlocutores).

Algun consenso em torno de um modelo de cientificidade designável como racionalismo crítico foi-se gerando e difundindo nesta primeira geração de sociólogos e, por seu intermédio, entre os estudantes de disciplinas de iniciação nas ciências sociais e na sociologia. A preocupação em estabelecer conexões entre, por exemplo, Weber, Goldmann e Mannheim, sem deixar de invocar as teses de um economista como Myrdal, a propósito das relações entre ciências, valores e ideologias — preocupação essa patente na obra-chave deste período que é *Questões Preliminares Sobre as Ciências Sociais*, de A. Sedas Nunes — dá bem a ideia da amplitude da reflexão então empreendida. E, fazendo jus à influência marcante do estruturalismo na conjuntura intelectual europeia da época, nem mesmo a linguística e a semiologia deixaram de ser utilizadas como instrumentos essenciais de uma crítica sistemática aos obstáculos epistemológicos e aos avatares do empirismo nos discursos das ciências sociais.

Um outro traço importante deste período de intensa acumulação primitiva de conhecimentos técnico-metodológicos, teóricos e auto-reflexivos por parte da nóvel comunidade sociológica portuguesa é a grande abertura à interdisciplinaridade.

Reconhecem os autores do relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais, publicado sob o título *Para Abrir as Ciências Sociais*, que, após o longo período de consolidação e institucionalização das ciências sociais que vai até meados do século XX, se assiste, nos países mais avançados neste domínio do saber, a algum esforço no sentido de atenuar ou transpor barreiras disciplinares

e fechamentos institucionais estritos. Mas também dizem que o movimento em causa deparou com resistências e obstáculos vários, desenrolando-se a ritmo lento e com sucessos relativamente pontuais. Terá sido este o preço a pagar pelos progressos obtidos graças a uma consistente divisão de trabalho e à correspondente estruturação institucional anteriormente realizadas no interior das ciências sociais.

Portugal não conheceu, como se viu, uma tal trajectória histórica. E talvez resida aí uma das razões mais fortes para que este impulso inaugural se tenha revelado particularmente favorável ao pluralismo disciplinar na abordagem dos fenómenos sociais.

Mas a nossa originalidade nesta matéria também se deve, seguramente, ao modo de recrutamento da primeira geração de sociólogos: como já se disse, eles surgiram, nesta fase embrionária, munidos de formações de base extraordinariamente diversificadas, a que associavam uma forte vontade comum de reconversão académica e profissional. A propensão à interdisciplinaridade (que os fundadores — em especial Sedas Nunes, Armando Castro e Vitorino Magalhães Godinho — tão entusiástica e fundamentadamente haviam propugnado) integrou-se com naturalidade nos seus *habitus* profissionais e foi-se transmitindo com razoável eficácia, nomeadamente através de um aproveitamento didáctico quase exaustivo da categoria maussiana de “fenómeno social total”, a sucessivas gerações de aprendizes de sociologia.

Escusado será acrescentar que o trunfo da abertura pluri e transdisciplinar que assim se foi construindo não deixou de arrastar consigo o risco de inconsistência ou mesmo de dissolução disciplinar, com todas as suas virtuais consequências em termos de restrição à cumulatividade e à capacidade de auto-regulação do conhecimento produzido.

Não parece, contudo, que o risco se tenha concretizado em fases posteriores do desenvolvimento da sociologia portuguesa.

Consolidação

A revolução de Abril acelera o regresso a Portugal de um conjunto vasto de intelectuais, entre os quais bastantes sociólogos, que ajudam a promover a abertura da pequena comunidade científica nacional aos movimentos teóricos em curso nos países centrais, quer da esfera francófona, quer do espaço de influência anglo-saxónico.

O panorama editorial altera-se radicalmente, sucedendo-se a publicação de revistas e as traduções de algumas obras de base. Os encontros científicos multiplicam-se. Cria-se licenciaturas em sociologia e nascem centros de investigação em diferentes universidades.

Em consonância com a estruturação do campo académico-científico, vai verificar-se um surto significativo de pesquisas sobre a realidade social portuguesa.

Compreensivelmente, elas defrontam-se com um problema sério, o da insuficiência de estudos de base sobre as estruturas sociais do país, pelo que se lhes impõe, com frequência, a necessidade de realizar “investimentos iniciais” muito

pesados neste domínio, inclusive em termos de restituição da dimensão histórica dos fenómenos em estudo. A contrapartida positiva de uma tal limitação consistiu na recusa deliberada em isolar artificialmente, do ponto de vista analítico, os objectos da pesquisa. E aqui está uma tendência que, não obstante inevitáveis tentações pontilhistas, veio a ser preservada, quanto ao essencial, no futuro.

Foi grande a diversidade de objectos que, desde o início da abertura democrática, preocuparam os sociólogos portugueses: o estado, as forças armadas, o sistema educativo, as culturas “cultivada” e “popular”, a criação e recepção das artes, os rituais e outras práticas simbólicas referidas a microcosmos e grupos sociais “marginais” (emigrantes, migrantes pendulares, artesãos, camponeses...), as estratégias de sobrevivência na agricultura e noutros sectores “subterrâneos” da economia, etc. Um esforço no sentido de uma teorização da especificidade da sociedade portuguesa como semiperiférica e/ou de desenvolvimento intermédio foi-se perfilando, entretanto, como uma particularidade promissora da jovem sociologia portuguesa. Deve-se-lhe, além do mais, a capacidade, posteriormente revelada, de articular com coerência, em espaços institucionais progressivamente consolidados, um conjunto muito vasto de linhas de investigação sobre a mudança social em Portugal.

O número e repartição temática das comunicações aos quatro congressos da Associação Portuguesa de Sociologia realizados até ao ano 2000 dão uma ideia da evolução da pesquisa desenvolvida nas duas últimas décadas.

Em 1988, foram apresentadas 73 comunicações, e os quatro domínios mais tratados foram os seguintes: “Sociologia da informação, do conhecimento e da cultura”, “Sociologia das questões urbanas e rurais”, “Sociologia da família” e “Sociologia industrial, das organizações e do trabalho”. Em sessão plenária, discutiu-se, nesse ano, a questão das “Condições de exercício e perspectivas profissionais da sociologia”, numa espécie de antevisão de linhas originais de reflexão sobre os usos sociais do conhecimento sociológico que mais tarde continuariam a desenvolver-se.

Em 1992, discutiram-se 129 comunicações, com incidência especial em “Mudança social: novos valores, modos de vida, identidades”, “Educação e trabalho: contradições e alternativas organizacionais”, “Recomposição sócio-espacial e dinâmicas regionais e locais” e, em plano de menor destaque, “A dinâmica dos saberes: ciência, tecnologia e outras formas culturais”, “Políticas, cidadania e exclusão social” e, num registo mais aberto à auto-reflexividade sociológica, “Teorias, metodologias, epistemologias”. Na sessão plenária, procurou-se que a atenção convergisse sobre o polémico binómio “Sociologia e modernidade”.

Em 1996, o número de comunicações subiu para 202, centrando-se predominantemente em “Família, género e afectos”, “Cultura, comunicação e transformação dos saberes” e “Território, ambiente e dinâmicas regionais e locais” e, com proporções algo inferiores, em “Estado, poderes e sociedade”, “Estruturas produtivas, trabalho e profissões” e “Educação e desenvolvimento” (Lobo, 1996). As sessões plenárias elegem neste ano, uma vez mais, a relação da sociologia consigo mesma — “Olhares sobre a mudança social: divergências e convergências entre as ciências sociais” e “Sociólogos: profissionais da mudança social?” — e ainda “As práticas sociais face ao poder dos media”.

O Congresso do ano 2000 congregou mais de 1000 participantes e 306 comunicações; verificou-se que as áreas ligadas à sociologia do trabalho, das organizações e das profissões, bem como das questões socioespaciais mantiveram uma presença autónoma, distribuindo-se em torno de dois grandes temas: “Mudança tecnológica, trabalho e produção” e “Urbanidades, ruralidades e dinâmicas socioespaciais”; a sociologia política e das classes sociais e a sociologia da cultura desdobraram-se em subtemas que, sem deixarem de recobrir objectos clássicos, passaram a incluir outros mais próximos das preocupações colocadas pela globalização das sociedades contemporâneas: “Estado, governabilidade e políticas sociais”, “Cidadania, desigualdades e conflito social”, “Identidades, etnicidades, marginalidades”, “Práticas culturais e comunicação” e “Valores, práticas e expressões identitárias”; a sociologia da família e a sociologia da educação retomaram o seu lugar no congresso, com os temas “Reorganização dos saberes, ciência e educação” e “Família, género e trajectos de vida”; um último tema pôs, sintomaticamente, em conjugação, mais uma vez, “Teorias, metodologias e experiências profissionais” (Vilça, 2000).

Pode afirmar-se que, pelo menos até ao fim dos anos 80, não havia na comunidade sociológica portuguesa indícios evidentes de normalização paradigmática, nela coexistindo pacificamente contribuições associadas aos quadros teóricos convencionais da disciplina: marxismo, estrutura-funcionalismo (sobretudo de inspiração mertoniana), interaccionismo simbólico e outras correntes fenomenológico-compreensivas...

Começava, no entanto, a ser notada alguma tendência para recorrer, com especial frequência, ora a tentativas de síntese teórica, como as propostas por Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, ora ao quadro, em reactualização permanente, da “teoria crítica”, ora, ainda, a abordagens simbólico-construtivistas muito próximas das preocupações da filosofia e das ciências da linguagem.

Quanto a estratégias metodológicas privilegiadas, é de assinalar a propensão para uma reactualização criativa, sob a forma de procedimentos de observação assaz ecléticos, das tradições estrutural-positivas e fenomenológicas, com efectiva subversão de rotinas e fronteiras presentes nos *habitus* profissionais da sociologia e da antropologia das comunidades científicas “centrais” — nomeadamente as que aí foram opondo quantitativo a qualitativo ou extensividade a intensividade.

Muitas das preocupações manifestadas pelas correntes pós-modernistas e desconstrutivistas perdem, por isso, no contexto de racionalismo pós-positivista e crítico que caracteriza, desde a fase inaugural, a jovem sociologia portuguesa, espaço de aplicação útil. O eco que entre nós obtiveram parece, então, justificar-se, no que diz respeito ao contexto institucional da produção sociológica, mais pela preocupação de aproximação a movimentos radicados no campo intelectual de alguns países centrais, do que por uma efectiva necessidade de demarcação face à natureza do trabalho sociológico dominante em Portugal. Já quanto ao impacto que também tem tido entre os públicos estudantis, é de admitir que esteja relacionado com a propensão existente, em alguns dos seus sectores, para transformar a indispensável crítica ao fetichismo cientista num autêntico fetichismo da “crítica” (ver, sobre este ponto, Pinto, 1994: 36-37).

A inventiva metodológica tem sido, aliás, incentivada, entre nós, por uma original linha de reflexão sobre as potencialidades da articulação entre investigação teórica, pesquisa observacional (incluindo investigação-acção) e exercício profissional da sociologia, sendo de destacar — pela saudável ruptura de fronteiras institucionais que implica e pelo cruzamento de saberes que promove — o papel que teve a Associação Portuguesa de Sociologia na dinamização e imposição ao campo académico de um tal debate.

Numa altura em que as atenções se concentram nas técnicas de tratamento de informação materializadas em sofisticado *software* — de resto, com resultados frequentemente muito fecundos —, esta forte consciência metodológica tem mostrado que, se se quiser aperfeiçoar a qualidade da investigação e da prática profissional, há um investimento fundamental a fazer na discreta e humilde esfera da recolha de informação, ainda que, para o concretizar, se tenham de multiplicar demorados exercícios de análise sociológica sobre as relações (sociais) de observação implicadas na pesquisa. É uma perspectiva que poderá fornecer importantes sugestões para uma reformulação do sistema de indicadores económico-sociais convencionais, sendo de admitir que alguns efeitos desta nossa “vantagem comparativa” se venham a repercutir e a obter reconhecimento nos sectores da comunidade internacional das ciências sociais em que, cada vez mais, os sociólogos portugueses se movimentam.

É igualmente previsível, perante desenvolvimentos recentes da disciplina, que duas novas tendências — estas bem menos virtuosas — se estejam desenhando no ainda frágil edifício da sociologia portuguesa.

A primeira diz respeito ao retraimento em matéria de investimento teórico na fase de problematização dos objectos de pesquisa, o que paulatinamente levará a alguma cedência perante conhecidos modelos “pronto-a-usar” da sociologia empirista. Poderá ser este um efeito perverso, embora não inevitável, do aumento notório da procura oficial ou para-oficial de conhecimentos sociológicos que se tem verificado nos últimos anos, sobretudo se, entretanto, também se verificar um retraimento no financiamento público de projectos de investigação canalizado através do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior e se se mantiver a grave lacuna orçamental das universidades em matéria de estímulo directo à pesquisa científica.

Alain Caillé designa como “explosão por baixo” esta tendência das ciências sociais associada ao aumento do número de investigadores e de objectos de investigação empírica aplicada. Partindo do princípio que tal tendência não permite, geralmente, “clarificar e resolver questões teóricas e objectivos normativos”, conclui aquele autor que, na sociologia, por exemplo, “os objectos empíricos já não são desenhados pelo esforço teórico, mas pela encomenda feita pelos grandes organismos públicos financiadores, que interpretam em calão tecnocrático uma suposta procura social, e que prefiguram as respostas desejadas pelo próprio enunciado das questões que formulam” (Caillé, 1997: 57). Sem querer subscrever a inevitabilidade e incontornabilidade dos factos assinalados por A. Caillé — voltarei adiante à questão — parece, mesmo assim, aconselhável não deixar de os ter em devida conta.

Outra tendência que igualmente merece ser ponderada consiste na fragmentação em “escolas”, as quais poderão não resistir à tentação de buscar um lugar hegemónico no campo, ora através de estratégias de argumentação em que o esforço de demarcação estatutária se sobrepõe ao da demonstração científica, ora à custa de uma deliberada elisão do trabalho realizado fora do seu círculo restrito (e necessariamente limitado em termos intelectuais) de produção científica.

Esta última tendência, a acentuar-se, porá necessariamente em risco o processo de acumulação e o controle cruzado de conhecimentos sobre a realidade social portuguesa, os quais, dada a especificidade da história das ciências sociais no nosso país, deveriam ser estimulados com persistência muito particular. Nestas condições, apetece convidar os sociólogos portugueses a não prescindirem do exercício auto-reflexivo, tão elementar quão revelador e edificante, de contabilização e análise de conteúdo das citações e modos de citar com que se referem — ou combativamente *não* se referem — ao trabalho dos pares. Tornando-os mais atentos ao processo em curso de acumulação de conhecimentos sobre a sociedade portuguesa, evitar-se-iam, porventura, também, deste modo, algumas derivas abstractizantes que, para continuar a invocar A. Caillé, contribuirão para uma espécie de “explosão por cima” neste domínio do saber — aquela que acaba por envolver todos os que, situados “do lado da nobreza da teoria e da conceptualização” e ocupando “as posições hierárquicas mais elevadas, tendem a libertar-se do magma disciplinar ou mesmo a desertar do campo da própria disciplina” (*idem, ibidem*: 58).

Perspectivas de desenvolvimento

O futuro da sociologia no nosso país vai depender, evidentemente, antes de mais, da própria natureza e ritmo de transformação da sociedade portuguesa.

E isso, não apenas pela óbvia razão de que tais transformações, impondo uma mudança de referentes, acabarão por interferir na selecção de objectos e na configuração dos resultados da análise, mas também porque será a partir delas que se definirão constrangimentos estruturais precisos em matéria de produção, difusão e apropriação dos conhecimentos sobre o social.

O primeiro aspecto leva-nos a ponderar até que ponto a sociologia portuguesa vem revelando capacidade para analisar, sem desfasamentos ou inibições notáveis, a diversidade e complexidade de dimensões em que se desdobra o processo de mudança social em Portugal.

No curto período de três décadas, o país assistiu, como é sabido, a uma viragem política de enorme alcance (fim do regime colonial, democratização do aparelho de estado, integração na União Europeia), a mutações muito significativas nas estruturas produtivas (acentuada perda de importância económica da agricultura, desindustrialização e reestruturações industriais, terciarização), a mudanças do próprio regime demográfico (baixa acentuada das taxas de natalidade, duplo envelhecimento, precarização e informalização do grupo familiar, alteração de

padrões migratórios), a recomposições sensíveis na estrutura de classes, à génese de novos protagonismos sociais, a um processo acelerado de escolarização das gerações mais jovens (não isento, aliás, de complexas contradições), a realinhamentos das práticas culturais sob o impacte dos media e do processo de urbanização, a novos processos de vulnerabilização, empobrecimento e exclusão social — e não seria difícil prolongar este enunciado dos principais vectores de transformação da sociedade portuguesa nas últimas décadas.

Pois bem: uma análise descomprometida, mas atenta, do trabalho desenvolvido pelos sociólogos portugueses não pode deixar de revelar que eles têm acompanhado, sem dificuldades de maior, a complexidade dos processos sociais e das mudanças institucionais em curso. Obras como *Portugal: Um Retrato Singular* (coordenada por Boaventura de Sousa Santos), *Portugal, Que Modernidade?* (coordenada por José Manuel L. Viegas e António Firmino da Costa) ou, em registo mais didáctico, *Introdução à Sociologia* (coordenada por João Ferreira de Almeida), bem como, ainda, o balanço proposto pela *Revista Crítica de Ciências Sociais* sob o lema “Vinte anos de teoria social” constituem exemplos expressivos de que o fluxo de contribuições para o conhecimento da formação social portuguesa ultrapassou definitivamente a fase de “acumulação primitiva”, mostrando-se disponível para propor interpretações fundamentadas sobre a sua evolução recente e, com isso, estabelecer patamares firmes para novos, e cada vez mais aprofundados, caminhos de investigação.³

O facto de as obras agora citadas fazerem questão de interrogar a diversidade de mudanças ocorridas na sociedade portuguesa à luz de um quadro global de teorização que a encara como sociedade semiperiférica ou de desenvolvimento intermédio dá a entender, entretanto, que a chegada à adultez não conduziu a sociologia portuguesa a um alinhamento sem princípios relativamente a pressupostos e programas de investigação consolidados, nos países centrais, em torno de conceitos, metodologias e referentes com as suas próprias especificidades.

Eis um traço da sociologia portuguesa que, sem prejuízo de uma forte implicação na definição de uma agenda europeia para as ciências sociais, conviria preservar. E isso, tanto mais quanto, como é previsível, se venha a acentuar no futuro a

3 Obra igualmente digna de registo, na perspectiva de uma consolidação de conhecimentos sobre a sociedade portuguesa, é, sem dúvida, *A Situação Social em Portugal, 1960-1995* (coordenada por António Barreto). Distingue-se, contudo, muito claramente, das que são referidas no corpo do texto, uma vez que nela se optou por estudar a evolução da economia e da demografia portuguesas, bem como algumas das políticas sociais desenvolvidas no período de referência, com exclusão de muitas temáticas consensualmente consideradas, na comunidade científica internacional, como sociológicas. Situando-se, a este último respeito, num tom que oscila entre a “grande síntese” e o alinhamento de um grande e meritório conjunto de indicadores sociais, não admira que o trabalho ignore completamente a já extensa bibliografia sociológica sobre as transformações recentes da sociedade portuguesa. Em *Portugal, Que Modernidade?*, por exemplo, são referenciadas muitas centenas de títulos (livros e artigos) com estas características. Só um acaso histórico absolutamente insólito permitiria tornar tão vasta literatura numa amálgama de inutilidades legitimamente ignoráveis numa obra sobre a evolução recente da sociedade portuguesa.

tendência para a sua internacionalização e dependência face a financiamentos definidos em instâncias supranacionais.⁴

No nosso país, não parece possível, aliás, consolidar dinâmicas científicas progressivas sem um criterioso e continuado apoio financeiro do estado às universidades, instituições que, neste domínio, polarizam, entre nós, competências e meios com importância decisiva.

O argumento de que o referido apoio poderia ser reduzido, sem inconveniente de maior, através de um grande dinamismo no âmbito da “prestação de serviços” — argumento esse que encontra no conhecido processo de transmutação ideológica da necessidade em virtude um veículo privilegiado de legitimação — merece ser contrariado. De facto, sem a salvaguarda de espaços de independência na eleição e formulação de problemas e na construção de métodos, sem uma abertura à controvérsia e criação teóricas — qualidades que, em Portugal, só o financiamento público à pesquisa permitirá assegurar —, o que podemos esperar é a progressiva degenerescência da sociologia portuguesa, nas suas componentes de investigação fundamental, de investigação aplicada e de intervenção profissional. Em última análise, será a própria qualidade global da prestação de serviços a ressentir-se das restrições orçamentais impostas à pesquisa.

Do meu ponto de vista, existe aliás outro modo de encarar a ligação da universidade ao meio, que, a desenvolver-se, muito poderá promover os estudos sociológicos em Portugal.

Refiro-me a uma ligação entendida como participação activa e, tanto quanto possível, informada na transformação da sociedade nas suas múltiplas dimensões. Não que a universidade possa ou deva substituir-se, nesta vertente de intervenção, às instâncias mais convencionais de decisão política: o que importa é que se insira, como dinamizadora *sui generis*, no movimento de mudança democraticamente induzida do espaço social, ousando atribuir-se a iniciativa da concepção, realização e avaliação de projectos de investigação/intervenção social de qualidade.

São inúmeros, nesta perspectiva, os domínios de incidência possíveis: desigualdades no acesso à educação, à saúde, à cultura; prevenção de toxicodependências; problemas dos idosos e do envelhecimento; luta contra a pobreza e exclusão; alojamento e renovação urbana; condições de trabalho e oportunidades de emprego; produção da opinião pública e participação política... E a lista pode prolongar-se quase indefinidamente, tão variados são, num país como Portugal, os factores de desigualdade e de vulnerabilidade sociais, por um lado, e as lacunas e insuficiências do estado de bem-estar, por outro, e tantas, por conseguinte, as responsabilidades da administração pública como um todo no seu aperfeiçoamento.

4 A tal propósito, tenha-se em conta a seguinte observação de Maria Eduarda Gonçalves: “(...) a participação de Portugal nas organizações internacionais e, hoje, principalmente, na Comunidade Europeia tem tido o efeito de transferir para as instituições comunitárias uma parte importante das funções políticas e de regulação antes situadas na esfera do estado. Do mesmo passo, tendem também a ser transferidas para a Comunidade as relações de fé e dependência associadas tradicionalmente à autoridade estatal. A Comunidade é correntemente apresentada como uma instituição competente, bem informada e garante de boas decisões” (1996: 63).

Se a perspectiva que acaba de ser defendida já dá uma ideia do que pode ser uma estratégia ofensiva de afirmação da sociologia e do papel dos sociólogos na sociedade portuguesa, parece interessante avançar noutras direcções que igualmente se não conformem com visões restritivas e estáticas do que é a “utilidade” da disciplina.

A este respeito, uma das mais estimulantes possibilidades em aberto traduz-se na integração da componente de análise sociológica em projectos de investigação aplicada ou de intervenção delineados sob a égide de saberes técnico-científicos pertencentes a outras áreas do conhecimento (nomeadamente do pólo das ciências físicas e da natureza).

É um passo que aponta no sentido da própria diluição de fronteiras entre problemas técnicos e problemas sociais.

Se a construção de uma auto-estrada ou de uma grande ponte já vai exigindo a elaboração de estudos de impacte ambiental, custa a aceitar que essa mesma construção, ou a abertura de novas vias de escoamento de tráfego em tecidos urbanos densos, ou a implantação de grandes empreendimentos industriais, terciários e habitacionais em espaços que levaram dezenas de anos a estabilizar referências identitárias essenciais para as populações, não sejam, por princípio, precedidas, informadas e acompanhadas, nas suas complexas dinâmicas de inserção no território humanizado, por minuciosos estudos de impacto social, em que obviamente o contributo dos sociólogos é fundamental.

Muitos dos problemas com que hoje nos debatemos — delinquência juvenil e violência urbana, solidão e silenciamento social nos campos e nas cidades, degradação do parque habitacional nos grandes centros urbanos e seus subúrbios, emergência de novas formas de pobreza e exclusão social —, todos esses problemas não teriam chegado a ter a perturbante expressão que hoje têm, se os recursos teóricos e metodológicos da sociologia tivessem sido mobilizados, sem censuras ou anacrónicas reservas defensivas, nas instâncias de decisão competentes.

A diluição de fronteiras que se propõe permitiria, de resto, estimular a colaboração das ciências sociais com domínios do saber tão vastos como os das ciências da vida e do ambiente, as ciências de engenharia e a arquitectura, com efeitos previsivelmente muito positivos em termos de progressão global do conhecimento.

Aliás, numa estratégia de activa afirmação da sociologia como a que se está propondo, há lugar para uma linha de actuação ainda mais avançada: consiste ela em usar as competências específicas do ofício no sentido de ampliar e reestruturar o próprio elenco dos problemas sociais relevantes.

Não se trata de fugir aos desafios concretos que, no exercício da profissão, se colocam aos sociólogos: eles não podem deixar de estar preparados para pensar os problemas que os cidadãos, os meios de comunicação ou as instâncias oficiais e oficiais designam como problemas sociais. Mas o que também não devem ignorar é que, pela formação específica que adquiriram, e que os leva a modos peculiares de interpretar e observar os comportamentos em sociedade, está igualmente ao seu alcance formular um conjunto de problemas que, noutros entendimentos, ou não existem ou são recalcados. A capacidade, que em princípio detêm, de desvendar, por detrás ou para além dos disfuncionamentos manifestos da sociedade, os nós

estruturais que os geram e reproduzem, e essa outra que consiste em reconduzir comportamentos individuais a propensões colectivamente partilhadas, e estas a sistemas de relações sociais — esses atributos do ofício conferem aos sociólogos trunfos na interpretação do social que devem usar, sem qualquer arrogância intelectual face a outros profissionais, mas com toda a convicção, no processo inacabado (e que nunca deve ser unidireccional) de fixação dos problemas sociais a enfrentar.

Assim, por exemplo, se não faz sentido recusarmos a importância da toxicodependência ou da delinquência juvenil como problemas sociais, tudo aponta para que, em nome do realismo sociológico, tenhamos de indagar se não será também, e antes disso, problema o desajustamento, que parece agravar-se nas sociedades contemporâneas, entre as expectativas criadas pela escolarização e outras engrenagens de socialização, por um lado, e as oportunidades de efectiva participação dos jovens no trabalho, na criação cultural e na vida cívica, por outro.

Reconheçamos que a criminalidade em meio urbano é um problema social. Mas não o será igualmente o desemprego estrutural, bem como, noutro plano, a progressiva desertificação dos espaços públicos, imputável, ela própria, em grande parte, à voracidade da especulação imobiliária e a certas estratégias de competitividade desenhadas para as grandes cidades? E a proliferação de florestas de cimento armado de alguns subúrbios, autênticos reservatórios de mão-de-obra desqualificada e de quotidianos sem horizonte, nada terá a ver com a insegurança de que fundamentalmente se queixam os cidadãos?

Será o congestionamento urbano o problema social a resolver ou residirá ele, sobretudo, nos modelos dominantes de desenvolvimento regional e de difusão de mitologias consumistas?

Constituirá a ausência de participação política dos cidadãos o problema essencial que as democracias estabilizadas têm de contornar, ou estará ela, de facto, relacionada, em primeira linha, com as instituições e processos mediáticos de formação compulsiva de opiniões e dissidências que o poder democrático, ele próprio, promove a instrumento de legitimação ideológica principal?

Perante défices de produtividade iniludíveis, será a modernização tecnológica o problema-chave a considerar, ou, por outro lado, devem as preocupações deslocar-se, sem perder de vista aquela componente, para o terreno da inovação e mudança organizacional e da humanização das condições de trabalho, quer nas empresas, quer na administração pública?

A resistência a estas formas de interrogar a realidade e de identificar problemas sociais terá sempre grande expressão e virá, antes de mais, do lado dos que esperariam encontrar nas ciências da sociedade um instrumento privilegiado para sobrelegitimar e fazer adoptar decisões já tomadas em função de juízos simplificadores e pressupostos ideológicos indiscutidos. Não admira que, para esses, a interrogação sociológica surja, mais ainda do que a metodologia própria da disciplina, como o inverso absoluto da eficácia.

Mas, compreensivelmente, a sociologia terá de enfrentar também as reservas, quando não a hostilidade, de outros profissionais com formação na área das ciências humanas e sociais, os quais, com frequência, a acusarão de teorismo mais ou

menos hermético e, portanto, de grande incapacidade para uma abordagem realista dos problemas sociais.

São resistências e mal-entendidos que a progressiva difusão do saber sociológico e o exercício competente da profissão, ao permitirem apurar e redefinir os limites da intervenção social possível, irão atenuando. Impõe-se, aliás, que, neste processo de afirmação do ofício, a sociologia adopte em permanência uma atitude de reflexividade autocrítica, capaz, nomeadamente, de torner as conhecidas armadilhas do empirismo, sem, ao mesmo tempo, tropeçar nas tentações do distanciamento — intelectual, ético e político — próprio do modo de conhecimento escolástico.⁵

Em todo este movimento de tomada de consciência do papel social da sociologia e de refinamento da autoconsciência dos próprios sociólogos — movimento esse recheado de inércias, mas também de subtis saltos qualitativos, e que não pode desligar-se dos ritmos de democratização da vida institucional —, o que se irá promovendo ainda é o próprio exercício emancipador das liberdades individuais.

Assim se vislumbra um novo domínio de aferição da utilidade da sociologia.

Dir-se-á que já se divaga, quando é invocado, a propósito da utilidade da sociologia, o diáfano tema da liberdade. De facto, não é de divagação que se trata, já que a referência diz respeito a um precioso e muito concreto pedaço do nosso mínimo vital, bem como à defesa, lúcida e apaixonada, que dele pode fazer a sociologia.

O que se quer dizer é que, ao outorgar a cada agente social e cidadão um poder acrescido de avaliação dos constrangimentos (incluindo certas mitologias da liberdade) a que estão sujeitas as suas práticas e omissões, o olhar e entendimento sociológicos tornam-se um instrumento precioso de liberdade. Como dizia Pierre Bourdieu, fazendo-se eco de antigas sugestões de sabor marxista, “todo o progresso no conhecimento da necessidade é um progresso na liberdade possível (...). Uma lei (social) ignorada é uma natureza, um destino; uma lei (social) conhecida surge como possibilidade de uma liberdade” (Bourdieu, 1980: 44-45).

Com a fusão, num complexo de injunções que mutuamente se reforçam, dos poderes mediático, político e económico, percebe-se que não seja fácil criar no espaço público condições de enunciação adequadas à expressão das dificuldades e aspirações dos grupos sociais dominados e em processo de exclusão e, muito menos, à explanação sistemática dos factores que determinam a sua situação e minam a sua liberdade.

É, aliás, bem conhecido o risco de os constrangimentos da agenda e as técnicas narrativas privilegiadas pelos media contribuírem para estigmatizar e folclorizar as práticas de tais grupos. Há que contar, obviamente, a este respeito, com a auto-reflexividade dos próprios agentes do campo jornalístico, no sentido de controlarem os potenciais efeitos perversos do seu discurso.

5 Para um exame aprofundado das características e limitações da disposição ou razão escolástica, que “incita a entrar no mundo lúdico da conjectura teórica e da experimentação mental, a colocar problemas pelo prazer de os resolver, e não porque eles se coloquem, sob a pressão da urgência, ou a tratar a linguagem não como um instrumento, mas como um objecto de contemplação, de deleite, de investigação formal e de análise”, ver Pierre Bourdieu (1997).

Mas o envolvimento directo do campo intelectual, e em particular dos sociólogos, quer na identificação dos problemas sociais submersos pelas brandas censuras do senso comum ou pelas pequenas e grandes liturgias do poder instituído, quer na defesa de grandes causas construídas em torno de valores universalistas, constitui outro ingrediente básico a ter em conta no movimento para uma reorientação da agenda político-mediática.

Pede-se aos intelectuais, nesta tarefa destinada a reactivar o grão de inconformismo que faz parte do trabalho cultural, que revejam automatismos e operadores ideológicos que os induzem, tantas vezes, a confundir distância objectivante com desprendimento ético mais ou menos *blasé*, bem como, simetricamente, a anular essa distância objectivante (de que deviam alimentar-se em permanência) por excesso de proximidade com os estímulos do poder económico, político e audimétrico.

Hannah Arendt interrogou-se longamente, como é sabido, sobre as exigências da participação dos intelectuais no domínio público e sobre as virtualidades de pôr sistematicamente em relação pensamento e acontecimento. E também reflectiu com demora sobre os riscos de desintegração que se geram sempre que a opinião pública, posta perante ficções bem urdidas e atraentes, perde de vista, se desinteressa das condições do viver em comum. Para Hannah Arendt, a liberdade é indissociável do poder de estar presente, pela palavra e pela acção, no espaço público, mundo organizado politicamente e compartilhável.

É, hoje, iniludível a presença, nas nossas sociedades, de desigualdades económico-sociais e de processos de vulnerabilização e exclusão que, no limite, destroem irreversivelmente redes de solidariedade mínima e capacidades comunicacionais indispensáveis à própria existência social.

E vai sendo corrente tomar-se tal facto como indício de perda grave de direitos sociais básicos. Na verdade, o que está ocorrendo é mais do que isso: o que está em causa, nessas formas-limite de sofrimento não agendável, é um processo de corrosão da liberdade e, portanto, dos próprios fundamentos do estado de direito. Compete aos intelectuais retomar a causa universal da liberdade, levando a incluir as novas ameaças que hoje se lhe colocam no primeiro lugar das agendas políticas.

Não obstante serem frequentemente acusados de crime de especulação teórica — aliás, com algum fundamento, como já vimos —, podem os sociólogos reivindicar competência específica para observarem com rigor e na perspectiva certa os processos concretos de mudança, de resistência à mudança e até de fundada contestação aos sentidos da mudança que apontam, dia a dia, as margens de autonomia de cada cidadão.

Evitando arvorar-se em profetas da desgraça ou de amanhã mal decifrados, tem de sobrar-lhes profissionalismo e sentido das responsabilidades adequados a obterem sobre a dinâmica social uma visão realista, bem como a disponibilidade necessária e suficiente para perscrutarem e ampararem o que na vida sempre existe de busca de “impossíveis”... possíveis.

Num tempo em que aprendemos a desconfiar de grandes utopias, mas em que, simultaneamente, vamos sentindo os movimentos presos por conluios corporativos e consensos pragmáticos, quase sempre urdidos e outorgados em silêncio, pressente-se que muitos dos espaços em que os sociólogos actuam — nas autarquias, junto de estabelecimentos de ensino e de formação profissional, em algumas empresas, em projectos de desenvolvimento comunitário, no combate contra a pobreza, na reintegração de toxicodependentes, na reabilitação de habitats degradados, etc. — podem ser o lugar certo para o germinar de pequenas, mas mobilizadoras, utopias.

Seria lamentável que os sociólogos não soubessem captar-lhes o rasto.

Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de (1991), “Ciências sociais”, em José Mariano Gago (org.), *Ciência em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Almeida, João Ferreira de (1998), “Sociology: some current problems”, em Ana Nunes de Almeida (org.), *Terra Nostra: Challenges, Controversies and Languages for Sociology and the Social Sciences in the 21st Century*, Montréal, International Sociological Association.
- Bourdieu, Pierre (1980), *Questions de Sociologie*, Paris, Les Editions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1997), *Méditations Pascaliennes*, Paris, Seuil.
- Cabral, Manuel Villaverde (1998), “A matter of relevance: a set of proposals for comparative social research in the Portuguese speaking community”, em Ana Nunes de Almeida (org.), *Terra Nostra: Challenges, Controversies and Languages for Sociology and the Social Sciences in the 21st Century*, Montréal, International Sociological Association.
- Caillé, Alain (1997), *A Demissão dos Intelectuais: A Crise das Ciências Sociais e o Esquecimento do Factor Político*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais (1996), *Para Abrir as Ciências Sociais*, Relatório, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Costa, António Firmino da (1988), “Cultura profissional dos sociólogos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, Lisboa, CIES.
- Cruz, Manuel Braga da (1983), *Para a História da Sociologia Académica em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Eslin, Jean-Claude (1996), *Hannah Arendt: L’Obligée du Monde*, Paris, Éditions Michalon.
- Fernandes, António Teixeira (1996), “O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, Lisboa, CIES.
- Gonçalves, Maria Eduarda (1996), “Mitos e realidades da política científica portuguesa”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 46, Coimbra, CES.
- Lobo, Cristina (1996), “Os congressos de sociologia em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, Lisboa, CIES.

- Machado, Fernando Luís (1996), "Profissionalização dos sociólogos em Portugal: contextos, recomposições e implicações", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, Lisboa, CIES.
- Pinto, José Madureira (1992), "Discurso de abertura do 2.º Congresso Português de Sociologia", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 11, Lisboa, CIES, 1992.
- Pinto, José Madureira (1994), *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- Pinto, José Madureira (1998), "Sociology in Portugal: formation and recent trends", em Ana Nunes de Almeida, *Terra Nostra: Challenges, Controversies and Languages for Sociology and the Social Sciences in the 21st Century*, Montréal, International Sociological Association.
- Sá, Vítor de (1978), *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa.
- Shils, Edward (1971), *Genesis de la Sociologia Contemporanea*, Madrid, Seminarios y Ediciones, SA.
- Silva, Augusto da (1986), *O Ensino da Sociologia e a Profissionalização dos Sociólogos*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- Silva, Augusto Santos (1997), *Palavras para um País: Estudos Incompletos sobre o Século XIX Português*, caps. 6 e 7, Oeiras, Celta Editora.
- Smith, John H. (1998), "European social sciences: understanding change and stability in european society", *The Social Science Bridge*, Lisboa, Observatório das Ciências e das Tecnologias/Ministério da Ciência e da Tecnologia.
- The Portuguese Sociological Association (1994), "Sociology in Portugal", *International Sociology*, 9 (4), Dezembro.
- Vilaça, Helena (2000), "Continuidades e mudanças nas áreas temáticas dos Congressos da APS", *Jornal do Congresso de Sociologia*, 2, Coimbra, 18 de Abril de 2000.
- Weingart, Peter (1998), "Sociology: a discipline in limbo. Remarks on the institutionalization and professionalization of sociology", *The Social Science Bridge*, Lisboa, Observatório das Ciências e das Tecnologias/Ministério da Ciência e da Tecnologia.

José Madureira Pinto. Faculdade de Economia do Porto. Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail: jmp@fep.up.pt

Resumo/abstract/résumé/resumen

Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal

Neste texto, procura-se dar conta de algumas especificidades dos processos de formação e de institucionalização da sociologia em Portugal, atendendo, para tanto, quer à natureza dos processos de mudança social e política, quer a algumas dinâmicas do campo intelectual no país. Apresenta-se ainda uma reflexão sobre as possibilidades de

desenvolvimento futuro da disciplina num contexto de internacionalização da pesquisa e de mutação dos perfis de procura de conhecimentos, contexto esse que, graças ao grau de amadurecimento da reflexão teórico-epistemológica que caracteriza a sociologia portuguesa, poderá suscitar evoluções criativas e fecundas.

Palavras-chave História da sociologia, sociologia portuguesa.

The development of sociology in Portugal: training, recent trends and future prospects

This work seeks to explain certain specificities in the training and institutionalization processes associated with sociology in Portugal, taking into consideration the nature of the processes of social and political change and, in certain aspects, the dynamics of the intellectual environment that exists in the country. It also reflects on possible developments of the subject in the future, in a context where research has been internationalized and the profiles of the search for knowledge have changed. This context may generate creative and productive developments, thanks to the maturity of the theoretical and epistemological reflection that characterizes Portuguese sociology.

Key-words History of sociology, Portuguese sociology.

Formation, tendances récentes et perspectives de développement de la sociologie au Portugal

Cet article se propose de rendre compte de certaines des spécificités des processus de formation et d'institutionnalisation de la sociologie au Portugal, à partir de la nature des processus de changement social et politique ainsi que de certaines dynamiques du milieu intellectuel du pays. Il expose également une réflexion sur les possibilités de développement futur de cette science dans un contexte d'internationalisation de la recherche et de mutation des profils de recherche des connaissances, qui, grâce au degré de maturation de la réflexion théorique et épistémologique caractérisant la sociologie portugaise, peut entraîner des évolutions créatives et fécondes.

Mots-clé Histoire de la sociologie, sociologie portugaise.

Formación, tendencias recientes y perspectivas de desarrollo de la sociología en Portugal

En este texto se intentan ofrecer algunas especificidades de los procesos de formación y de institucionalización de la sociología en Portugal, atendiendo para ello tanto a la naturaleza de los procesos de cambio social y político como a algunas dinámicas del campo intelectual del país. Se presenta incluso una reflexión sobre las posibilidades de

desarrollo futuro de la materia en un contexto de internacionalización de la investigación y de mutación de los perfiles de búsqueda de conocimientos, contexto que, gracias al grado de maduración de la reflexión teórico-epistemológica que caracteriza a la sociología portuguesa, podrá suscitar evoluciones creativas y fecundas.

Palabras-clave Historia de la sociología, sociología portuguesa.

